

## As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016): Desafios para a educação e as lutas anti-racistas<sup>1</sup>

Marta Araújo<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, argumento que foi constituído no contexto português das últimas décadas o que passo a designar por indústria da interculturalidade, que veicula um conjunto de concepções, diagnósticos e medidas relativas à diversidade que ajudam a legitimar certas intervenções políticas e perpetuam as desigualdades étnico-raciais na educação. Proponho analisar quatro narrativas do complexo discursivo “Portugal Intercultural” que considero fulcrais para compreender os debates contemporâneos sobre (multi)cultura na educação: 1) a narrativa que despolitiza o colonialismo para atestar uma vocação histórica para a interculturalidade; 2) a construção de Portugal como um país homogéneo subitamente tornado heterogéneo; 3) a sobre-ênfase do papel da imigração, projectando o país como europeu; 4) a relação causal entre mudanças demográficas e respostas políticas e institucionais, com vista à visibilização da diferença. Nesta análise, proponho que o sucesso da indústria da interculturalidade assenta no obscurecimento dos legados coloniais relativamente às construções sociopolíticas contemporâneas de raça, ilustrando os debates analisados no âmbito da educação.

**Palavras-chave:** racismo e anti-racismo, a indústria da interculturalidade, educação e poder, education and power

*[No início dos anos 2000] as questões da imigração não eram tão prioritárias na agenda da investigação dos universitários e era pouco o conhecimento aplicado às políticas públicas. Estávamos a receber um grande fluxo de ucranianos, de brasileiros e outros; tínhamos tido uma alteração radical das condições e dos grupos sociais da imigração. Era preciso estudar e compreender esta imigração que já não era apenas a tradicional vinda de africanos. Era também urgente perceber como é que nós, Portugueses, nos estávamos a repensar face a esta realidade... [...] Penso que o Observatório da Imigração faria um bom serviço se pudesse aprofundar melhor as questões do diálogo intercultural de que Portugal tem sido pioneiro, e poderá voltar a ser, no sentido de abrir uma nova fase desse diálogo, porque esse é o futuro da humanidade...*

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

(Roberto Carneiro, Director do Observatório da Imigração, apud ACIDI, 2011, 8-9)

## 1. Introdução

A partir da década de 1990, a questão da diversidade cultural começou a figurar na agenda política e académica em Portugal. De forma ainda incipiente, foram sendo ensaiadas concepções e intervenções políticas que resultavam, de certa forma, da integração do país num projecto comum, que se propunha feito de diversidade – o da *Europa*, projectado pela Comunidade Económica Europeia (CEE). Nas décadas seguintes, foi consolidada uma abordagem que consagrava o papel histórico pioneiro de Portugal no diálogo intercultural, tendo-se mantido bastante estável apesar da crítica crescente dos colectivos de base e activistas anti-racistas. Como analiso neste artigo, esta abordagem assenta num conjunto de entendimentos e argumentos que são discutíveis. Mais, os silêncios e invisibilizações que produz e legitima perpassam não só na educação, como debates mais amplos sobre raça e identidade nacional, história e memória, imigração e crise, diferença e integração.

Assim, começo este artigo a compor um puzzle, dando coerência à articulação das inúmeras peças que compõem um imaginário mais ou menos estável sobre Portugal e a diversidade cultural. Interessa-me considerar o aspecto *formativo* e *performativo* do discurso<sup>ii</sup> e assim compreender como aquilo que designo por *indústria da interculturalidade* produz um entendimento do presente como inquestionável e toma um futuro diferente como impensável. Tomo a educação como um contexto particularmente interessante para análise, dado muitas respostas institucionais à diversidade cultural e lutas colectivas pela igualdade terem sido aí ensaiadas (McCarthy, 1993, 289-305). Interessa-me sobretudo analisar as narrativas veiculadas pelas *elites simbólicas* (neste caso, decisores políticos, académicos, jornalistas e professores), considerando o seu papel crucial na consensualização do discurso (van Dijk, 1993). Os dados apresentados foram recolhidos em três projectos de investigação: a) um projecto de pós-doutoramento que procurou explorar as experiências escolares de estudantes negros (africanos e portugueses) num contexto visto como racialmente homogéneo (2003-2006)<sup>iii</sup>; b) investigação colaborativa em Portugal sobre eurocentrismo na história e no seu ensino – tomando a escola na intersecção de debates políticos, sociais e culturais mais amplos (2008-2012)<sup>iv</sup>; c) um projecto comparativo sobre a semântica do racismo e anti-racismo nas organizações da sociedade civil, nas instituições estatais e nas políticas públicas em diferentes contextos europeus (2010-2013).<sup>v</sup> Não se trata aqui de apresentar os resultados específicos destas investigações, mas sim de analisar e questionar as narrativas dominantes que têm emergido

a nível político, académico e pedagógico quando se aborda a questão da diversidade cultural e das desigualdades étnico-raciais em Portugal.

## 2. Compor a cena: “Portugal Intercultural”

Nesta secção, procuro compor os discursos dominantes dando coerência aos seus diferentes componentes e que podem ser encontrados nas ciências sociais, no debate político e na formulação de políticas públicas. Na secção seguinte, exploro então mais detalhadamente os vários aspectos que vejo como problemáticos neste complexo discursivo do “Portugal Intercultural” e considero seu impacto no (anti-)racismo – sobretudo no campo da educação.

A partir dos anos 1990, nas palavras do então Ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, “Portugal deixou de ser um país tradicional de emigração para se assumir como país de imigração e acolhimento de cidadãos estrangeiros, à procura de melhores condições de vida” (Santos, 2004, 107). Estas mudanças demográficas na sociedade portuguesa foram acompanhadas pela criação de órgãos institucionais como o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (SCOPREM) em 1991, a figura do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas em 1996, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) em 2002 – renomeado Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural em 2007, e Alto Comissariado para as Migrações em 2014. Nas últimas duas décadas, novas respostas institucionais foram formuladas para abordar a educação para uma sociedade diversificada, principalmente a interculturalidade – vista como superando as deficiências da educação multicultural, comum em contextos anglófonos: “Enquanto a abordagem multicultural promove uma preservação de identidades e muitas vezes coloca grupos minoritários numa ‘situação de gueto’, a abordagem intercultural enfatiza o enriquecimento pessoal devido ao intercâmbio de experiências e conhecimentos com os outros” (EUMC, 2004, 92). Estas iniciativas foram ensaiadas principalmente na área metropolitana de Lisboa – onde se encontra a grande maioria da população estrangeira (SEF, 2007) –, e especialmente com “jovens em risco”. Localmente, as escolas acolheram *novos* alunos e começaram a mostrar uma preocupação em incluir *todos*. A diversidade passou a ser celebrada em festivais e outros eventos comemorativos, permitindo aos estudantes das *minorias* melhorar a sua *auto-estima*; os professores passaram a prestar apoio adicional para ajudá-los com as suas *dificuldades linguísticas*. A escola em Portugal mudou e tem novas preocupações democráticas. Embora *ainda* esteja atrás de algumas políticas e práticas europeias, Portugal é – de acordo com os *especialistas* – um “modelo de boas práticas” (ACIDI, 2007), classificando-se em segundo lugar no Índice Políticas de Integração de Migrantes de

2007 e 2011 (MIPEX)<sup>vi</sup> e o país "mais generoso" num estudo internacional das Nações Unidas publicado em 2009 (Viana, 2009). O sucesso das políticas de "integração" em Portugal pode ser explicado, segundo as autoridades e os estudiosos académicos, por uma história colonial marcada pela *miscigenação* de múltiplas tradições culturais e culturas (ACIME, 2005, 21; Costa e Lacerda, 2007). O racismo é, assim, um fenómeno *marginal* (ME, 1991): "os portugueses são a favor de direitos civis iguais e uma sociedade multicultural" (Fonseca, Malheiros e Silva, 2005, 5).

Portugal é, hoje em dia, um país diversificado e moderno, caracterizado pelo *multiculturalismo* da sua população: os jovens dançam ao som do *kuduro* e aprendem capoeira; no cinema, são exibidos *novos lisboetas*; supermercados e restaurantes vendem *comida étnica*; as estampas *africanas* entram de moda, e saem para dar lugar às tecelagens *indígenas*. A diversidade é literalmente *consumida* (Sayyid, 2004). E, no entanto, como comumente se diz em Portugal, "não muito picante, por favor" – que por aqui, as pessoas não gostam de coisas "estranhas". Na realidade, assistimos à domesticação de sons *étnicos* para torná-los mais sofisticados. Ou vemos os sabores *exóticos* convenientemente arrumados em prateleiras específicas dos supermercados. Na educação, temos uma história que continua dominada pela abordagem despolitizadora das chamadas *descobertas* (Araújo e Maeso, 2016), a segregação dos estudantes negros (Roldão, 2016) ou alunos ciganos ocasionalmente colocados em contentores ou em salas de aula separadas sob o pretexto das suas idiosincrasias culturais e necessidades educacionais especiais (Araújo, 2016). O que nos faz suspeitar que *algo está podre* neste estado intercooltural.

### 3. Desmontar o palco: conhecimento, política, raça e educação

Os vários aspectos mencionados acima – interpretações e intervenções em torno da diversidade – integram o complexo discursivo "Portugal Intercultural", que veicula a concepção dominante, tanto na política como na academia, de Portugal como uma nação à *vontade* com a diferença.

Esta ideia é o cerne daquilo que designo por *indústria da interculturalidade*, que institucionalizou a relação entre a esfera de decisão-política e a produção de conhecimento, atribuindo amplo financiamento para a produção e disseminação de trabalhos académicos (Essed e Nimako, 2006, 284).<sup>vii</sup>

Nos anos 1990, a criação do Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural foi fulcral para constituir um grupo de interesse em torno das questões do multiculturalismo e da interculturalidade. A

grande conferência *Educação para a Tolerância*, organizada pelo Secretariado e pela Fundação Calouste Gulbenkian de 14 a 17 de Março de 1995, congregou decisores políticos e académicos e foi um momento marcante para a consolidação desta indústria. Aliás, veio a ser o modelo adoptado nos anos 2000, quando tiveram lugar dois outros grandes eventos que colocavam em diálogo as esferas político-institucional e académica – agora mais centrados na questão da imigração, mas sempre evocando o complexo discursivo “Portugal Intercultural”. O primeiro, o *I Congresso da Imigração em Portugal: Diversidade, Cidadania, Integração*, foi organizado pelo ACIME em 18 e 19 Dezembro 2003. O segundo, o *Fórum Gulbenkian Imigração: oportunidade ou ameaça?*, a 6 e 7 de Março de 2006, contando também com o apoio do ACIME, para além da Gulbenkian. Para além destes eventos-chave, a indústria da interculturalidade vai-se fazendo presente nas inúmeras publicações do antigo ACIDI com o Observatório para a Imigração, designadamente a colecção *Portugal Intercultural*, analisada mais abaixo. E, claro, não se encerra no trabalho destas instituições; departamentos, docentes e investigadores têm sido fulcrais para a sua constante renovação a indústria da interculturalidade.

Enquanto não cabe no âmbito deste trabalho examinar em maior detalhe as redes, actores e dinâmicas que compõem esta indústria, parece-me importante analisar as narrativas que dela emergem. Neste texto apresento quatro narrativas que sustentam o “Portugal Intercultural”, não só através do *apagamento* de certas questões do seu âmbito (designadamente, a violência do processo colonial), mas também através da *trivialização* de determinados processos históricos (sendo os exemplos mais paradigmáticos a escravatura e o racismo).<sup>viii</sup> Em particular, procuro questionar as concepções, diagnósticos e medidas implícitas na abordagem da indústria da interculturalidade que propõem um entendimento dominante sobre a diversidade cultural, étnico-racial e religiosa em Portugal – contribuindo para a legitimação das intervenções políticas contemporâneas.

### 3.1 A história da nação, re-escrita: a despolitização do colonialismo e do racismo

Os discursos políticos, académicos e pedagógicos dominantes sobre diversidade assentam na narrativa, tida como inquestionável, da interculturalidade e da tolerância como integrantes da matriz nacional. Tal assenta numa versão despolitizada da história daquilo que designa como “descobertas” ou “expansão” e que, como tal, evade a violência característica do processo colonial e as hierarquias raciais que pautaram o colonialismo português (ver Duffy, 1962; Davidson, 1966; Cabral, 1974; Meneses, 2007).<sup>ix</sup> Com as suas nuances e contornos mais ou menos maleáveis, esta abordagem não é políti-

camente neutra, assim como não o são os diagnósticos e as soluções que propõe – eleitos a partir da articulação entre certos entendimentos políticos e conceptuais, como ilustra a epígrafe a este texto. Tal é, porém, invisibilizado através da despolitização dos pressupostos nos quais se baseiam esses discursos. Segundo Wendy Brown (2006), a despolitização – pela individualização, culturalização ou naturalização – implica remover um fenómeno do contexto e contornos políticos e históricos que o produziram, dando lugar à naturalização ou essencialismo ontológico nos nossos entendimentos e explicações (p. 15). Proponho, assim, que é crucial considerar os aspectos que são naturalizados ou ocultados pelas narrativas sobre a diversidade para aprofundar a nossa compreensão de como se invisibilizam e despolitizam processos como o racismo.

Em Portugal, este mito de uma *convivialidade colonial* tornou-se politicamente relevante através da apropriação, ao longo da década de 1950, do trabalho de Gilberto Freyre sobre o Lusotropicalismo (Freyre, [2003] 1933; 1952), que procurou demonstrar a excepcionalidade do colonialismo português, lido como *benevolente*. Freyre considerava que os portugueses revelavam uma abertura à miscigenação biológica e à interpenetração cultural com os povos dos trópicos, que levaria à criação de sociedades multi-raciais harmoniosamente integradas.<sup>x</sup> Explicou tal aptidão como sendo resultante da própria natureza miscigenada do povo português, na sequência da longa história de *contacto* com muçulmanos e judeus na Península Ibérica, nos tempos pré-coloniais. Nas décadas de 1930 e 1940, as ideias de Freyre sobre a miscigenação tinham encontrado forte resistência em Portugal; mesmo posteriormente, a ideia de miscigenação biológica não foi apropriada oficialmente: a mistura de diferentes raças estava ligada a ideias de *degeneração*, comprometendo assim um projecto imperial fortemente ancorado em hierarquias raciais (Castelo, 1998). Foi na década de 1950, no contexto das lutas dos movimentos de libertação nacional e da pressão internacional das Nações Unidas para a descolonização, que o Lusotropicalismo se tornou relevante em Portugal. António O. Salazar, apropriando-se parcialmente das ideias de Freyre (com a sua aprovação), apregoava que Portugal era uma nação multi-continental e multirracial harmoniosa, de modo a tornar a descolonização desnecessária (*Idem*).

Embora as ideias de Freyre fossem vistas como inovadoras em alguns círculos – ao dissociar raça de cultura e interromper o pensamento dominante do darwinismo social (Almeida, 2000) –, o discurso político e as práticas de dominação colonial revelavam as assimetrias raciais prevaletentes.<sup>xi</sup> O regime do Estado Novo de Salazar continuou a sustentar a supremacia da civilização europeia e o posicionamento dos negros africanos como inferiores (Cardoso, 1998). Ao classificar e hierarquizar racialmente a população do território multicontinental de Portugal, o regime adiava indefinidamente a possibilidade daqueles que eram *marcados* étnica e racialmente<sup>xii</sup> de serem

*assimilados* (Macagno, 1999; Meneses, 2007). Nesse sentido, pode dizer-se que o Lusotropicalismo foi sempre mais um projecto ou uma aspiração do que uma descrição precisa das *relações raciais* coloniais portuguesas (Castelo, 1998). Deve referir-se também que estas não eram ideias novas, estando ancoradas em concepções da identidade nacional do século XIX que enfatizavam a *suavidade do carácter* e o *espírito aventureiro* dos portugueses (Leal, 2000). O apoio que essas ideias receberam pelas elites da direita e da esquerda do espectro político – e a capacidade de um regime autoritário para difundilas, nomeadamente através da educação – ajuda a explicar como resistiram após a restauração da democracia e das independências coloniais em meados da década de 1970.

Nos discursos dominantes contemporâneos, é na retórica sobre diversidade que o campo discursivo do Lusotropicalismo parece ser reactivado. Como afirmou Adriano Moreira,<sup>xiii</sup> um actor-chave nas políticas "ultramariñas" do regime de Salazar no início da década de 1960 e no apoio ao Lusotropicalismo na contemporaneidade, "inesperadamente, a problemática gilbertiana que se definiu ao redor da intervenção dos europeus nos trópicos, parece agora reeditar-se por causa da presença dos trópicos no território europeu" (Moreira, 2000, 19, *apud* Valentim, 2005, 68). Esta narrativa oficial tem sido visível pelo menos desde o início da década de 1990, como é evidente no prefácio à legislação que criou o *Secretariado de Coordenação dos Programas de Educação Multicultural*:

A cultura portuguesa, marcada por um universalismo procurado e consciente e pelos múltiplos encontros civilizacionais que, ao longo dos séculos, têm permitido o acolhimento do diverso, a compreensão do outro diferente, o universal abraço do particular, é uma cultura aberta e mestiçada, enriquecida pela deambulação de um povo empenhado na procura além-fronteiras da sua dimensão integral.

Portugal orgulha-se, hoje, de ser o produto errático de uma alquimia misteriosa de fusão humana que encontrou no mar, mistério a descobrir e a aproximar, o seu solvente ideal e o seu caminho de aventura. (Preâmbulo ao Despacho Normativo n.º 63/91, ME, 1991)

Servindo uma agenda política que reforça a ideia de Portugal como um país tolerante, esta narrativa tem grande alcance, incluindo no contexto escolar e associativo:

...a integração é fácil... Nós... E nós temos essa vantagem e eu digo-lhes isso a eles [aos estudantes negros], para que eles vejam... Quais foram os países que tiveram a integração dos negros como teve Portugal? [...] Portanto, grandes defeitos que os portugueses têm, não houve portugueses racistas, não há? Tudo bem! Não houve portugueses que escravizaram os negros, que trataram mal... Isso não tenho a mínima

dúvida! Eu conheci alguns. Mas, não há ninguém que conviva com qualquer raça como o português. (Prof. 4, Escola 1, 2004)

nós portugueses temos uma característica, mesmo relativamente às colonizações... a nossa colonização, como sabem é considerada uma colonização muito *soft* – apesar de todas as coisas más que existem na história. Mas, de qualquer maneira, é uma colonização em que houve uma abertura ao outro, uma mestiçagem... coisas que são impensáveis para outros povos nomeadamente para os ingleses, não é? (Representante associativo, 2010)

Nos discursos oficiais sobre diversidade, a história tem sido mobilizada para promover um relato higienizado do passado colonial português, que consagra o seu papel *pioneiro* na gestão da diversidade. A ênfase no colonialismo e imperialismo como produtores de multi/interculturalidade não é específica do caso português. Por exemplo, Anne-Marie Fortier explora como, em meados dos anos 2000, o Novo Partido Trabalhista britânico recusava abordar o papel do imperialismo nas desigualdades raciais ao mesmo tempo que procurava forjar um “nacionalismo multiculturalista, isto é, o retrabalhar da nação como intrinsecamente multicultural”. Assim, Fortier propõe que houve “uma mudança de narrativas lineares de nações passando *da* monocultura e da exclusividade *para* a multicultural e inclusividade, a favor de uma narrativa que coloca a multicultural e a diversidade no centro do projecto nacionalista” (Fortier, 2008, 22). A ideia de um “nacionalismo multicultural” de Fortier ajuda a compreender como a história tem sido mobilizada para legitimar certas heranças (e destinos) evocando a diversidade, mas mantendo intacta a noção de nação. Como nos diz Sylvia Wynter em relação ao contexto norte-americano: “a alternativa multi-culturalista procura ‘salvar’ o modelo da nação multiculturalizando-o” (Wynter, 1992, 16).

De forma semelhante, na última década assistimos à consolidação de uma narrativa que reconstrói o projecto nacionalista português através da ideia que a convivência inter-racial/intercultural. Isto é evidente, por exemplo, na apresentação de uma colecção lançada pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural em 2007, intitulada *Portugal Intercultural*: “a História pode ter um papel crucial na projecção que se quer para o futuro de uma sociedade marcada pela riqueza da diversidade cultural”.<sup>xiv</sup> O primeiro volume, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa: séculos XV - XVIII*, apresenta uma narrativa que procura mostrar o suposto sucesso da sociedade portuguesa na gestão do *contacto* cultural com o Outro (destacando como exemplo as *missões civilizadoras* na Ásia Oriental). O relato é despolitizado de tal forma que a escravatura – uma ilustração paradigmática da gestão violenta do poder através do uso de categorias raciais – é enquadrada como “mãe de muitas das sociedades interculturais do continente americano” (Costa e Lacerda, 2007, 23, 103). Considere-se o seguinte excerto que procura



atestar uma *vocação* nacional para a interculturalidade não só nas colónias, como na metrópole:

O estatuto social e a economia dos escravos eram tão semelhantes aos dos homens livres e pobres de Lisboa que o convívio entre estes dois grupos foi necessariamente muito próximo. Longe de qualquer preconceito de cor, os trabalhadores da Ribeira, brancos livres e escravos negros, tinham o hábito de se sentarem todos juntos à mesma mesa para comerem. Este convívio fraterno, nascido de um ofício exercido em condições de igualdade, está documentado, desde o século XVI, tendo perdurado até ao século XIX (Tinhorão, 1988: 118). (Costa e Lacerda, 2007, 104)

Ao evocar exemplos para demonstrar a tese da convivialidade racial (provando a interculturalidade), este relato higieniza e legitima o sistema da escravatura baseado em concepções e hierarquias raciais (refutando o racismo).<sup>xv</sup> É de notar que esta é uma narrativa que não é nem desconhecadora, nem ingénua; pelo contrário, ela procura neutralizar uma crítica ao poder dominante. Questionado sobre a prevalência do imaginário das *descobertas* no contexto nacional, um representante do estado no âmbito da interculturalidade respondeu:

eu acho que é positivo nós sublinharmos esta diversidade e diálogo que sempre soubemos ter com outros países. Portanto, ter receio de afirmar isto porque achamos que isto pode por em causa aquilo que são os lados menos positivos da História [a violência, as conquistas] acho que também não é por aí... [...] Quer dizer, mesmo Portugal viveu há pouco mais de 30 anos um período colonial e nós se entramos aqui com dificuldades de falar sobre o assunto, entramos aqui numa... em algo que é depois não saber ultrapassar os erros, as coisas positivas, as coisas negativas... quer dizer, tem de se saber ler as coisas dentro da sua história [...] não vejo nada de forma negativa o facto de se poder evidenciar aquilo que Portugal deixou espalhado pelo mundo... (Representante estatal para a interculturalidade, 2010)

Significativamente, quando confrontado com a falta de importância atribuída ao combate à discriminação étnico-racial, argumentou:

sejamos muito objectivos, em termos de política não é a melhor forma de agarrar as questões ligadas à integração. A melhor forma de agarrar as questões ligadas à integração é pelo lado positivo, não é pelo lado negativo daquilo que pode vir marcar mais... o pior que nós encontramos no acolhimento. E que também existe, nós temos de ficar preocupados e de encontrar medidas de combate, mas não é isso que nós queremos destacar. (*Idem*)

Assim, a história do colonialismo português torna-se um recurso simbólico disponível para demonstrar o carácter tolerante da nação, sendo desautorizada quando se trata de debater o racismo. Este, em vez de ser visto como integrante do projecto colonial, é reduzido ao “preconceito de cor” e naturalizado como o “desconhecimento do Outro” – por mais que esse Outro habite o país há vários séculos.

### *3.2. Uma nação moderna e europeia: do país homogéneo ao Portugal intercultural*

Uma segunda narrativa que requer uma análise mais atenta é a que propõe que Portugal foi subitamente transformado de um país etnicamente homogéneo num país heterogéneo e multicultural, como resultado da globalização contemporânea. Tal narrativa assenta no pressuposto de uma homogeneidade fundacional (Goldberg, 2002) da população nacional, que teria sido *perturbada* por movimentos migratórios globais que passam a ser compreendidos como removidos da história. Esta ideia é sustentada por três pressupostos.

Em primeiro lugar, o pressuposto de uma homogeneidade étnica fundacional. Portugal tem sido construído, no discurso político, académico e pedagógico, como um dos primeiros Estados-nações da Europa, com fronteiras antigas e estáveis: o exemplo acabado da nação como a coincidência natural de um território, uma comunidade e uma cultura (Visvanathan, 2006). A naturalização de um “nós” branco e cristão vai de mãos dadas com a invisibilização da forma como essa homogeneidade foi produzida e policiada. Qualquer processo de construção de homogeneidade implica violência, por mais simbólica que seja. No contexto português, a governação daquele que foi construído como o Outro – o muçulmano, o judeu, o cigano ou o negro – foi conseguida pela violência, isto é, exploração, a exclusão, a expulsão e a morte (Goldberg, 2002). Assim, o relato que implicitamente assume que Portugal era, até há duas ou três décadas, um país homogéneo tem necessariamente de se apoiar na evasão dessa história ou na invisibilização da violência. Ao fazê-lo, a narrativa exclui o Outro do projecto nacional enquanto naturaliza implicitamente o privilégio de um “nós” tido como fundacional. Isto é particularmente evidente na educação, principalmente nos currículos de história e nos manuais escolares: com a chamada “Reconquista”, Portugal é apresentado como predestinado a ser cristão; com o fim formal do colonialismo os *verdadeiros* cidadãos nacionais são os brancos (ver Araújo e Maeso, 2016, capítulos 3 e 4). Consolidado este pressuposto, é fácil construir a visão de uma identidade nacional estável sob a ameaça de pressões externas – historicamente, da chamada “invasão islâmica”, na contemporaneidade, pela forma como a imigração transformou repentinamente países homogéneos em heterogéneos;

em ambos os casos, levando a que, sentindo-se *ameaçados*, os cidadãos nacionais (brancos) reagissem – às vezes, com hostilidade – à *diferença*. E esta noção permeia, de facto, muita da investigação e iniciativas políticas sobre imigração e racismo na Europa; Portugal não é excepção (Araújo, 2016). Mas é importante salientar como tal pressuposto não consegue questionar criticamente a *securitização* que lhe está subjacente: a *defesa da nação*, inicialmente incidindo no território, é agora transposta para o campo da identidade (Vakil, 2006) – ainda que floreada com a ilusão actual de um “Portugal Intercultural” que busca na história a *presença* do Outro sem aludir às condições de possibilidade da sua existência.

Em segundo lugar, a dissolução das continuidades das formações culturais pós-coloniais característica sobretudo dos discursos sobre imigração. Os relatos contemporâneos sobre este fenómeno tendem a oferecer uma análise *presentista* e *economicista*; no primeiro caso, o *passado* tem a amplitude de algumas décadas – geralmente, a partir do pós-guerra/Holocausto; no segundo, a imigração é explicada por *factores de atracção e repulsão*<sup>xvi</sup> (Hesse e Sayyid, 2006). Tal contribui para apartar a história dos fluxos migratórios da história do colonialismo, tornando as dinâmicas pós-coloniais irrelevantes. As narrativas oficiais da imigração em Portugal geralmente tomam o início dos anos 1990 como um momento-chave na imigração contemporânea. Mesmo na academia, muito do trabalho contemporâneo não considera que as migrações do século XX para o território metropolitano se tornaram particularmente relevantes no final da década de 1960, quando trabalhadores do arquipélago cabo-verdiano foram recrutados para preencher a falta de mão-de-obra criada pela emigração portuguesa e o recrutamento para as três frentes de guerra – em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique – contra os movimentos de libertação nacional. O movimento migratório de populações das antigas colónias em África foi intensificado com o fim da administração colonial formal em meados da década de 1970, tendo continuado a aumentar ao longo dos anos 1980 e 1990. Em 1999, representava quase metade da população *estrangeira* total (Baganha e Marques, 2001) – um valor que exclui as populações pós-coloniais que, entretanto, obtiveram a nacionalidade portuguesa.<sup>xvii</sup> A década de 1990 veio revelar mudanças nas dinâmicas migratórias: foi então que as origens geográficas dos imigrantes se tornaram mais diversificadas. Com a estabilização da imigração até meados dos anos 2000 (SEF, 2007), a imigração resultante das ex-colónias tornou-se estatisticamente menos significativa, principalmente devido ao aumento de imigrantes do antigo bloco soviético. No entanto, o abrandamento da imigração em Portugal e o movimento de êxodo de muitos europeus de Leste (Faria, 2009) – efeitos da chamada *crise económica* – acentuaram de novo o significado das populações pós-coloniais (pós-independências) e atestam a relevância destes longos processos históricos e formações culturais (Hesse e Sayyid, 2006, 21). Hoje, por exemplo, as populações não nacionais com origens nas antigas colónias constituem mais de 40% dos estrangeiros em Portugal (SEF, 2015,

12)<sup>xviii</sup>. Porém, nas narrativas oficiais, embora a migração pós-colonial possa ser mencionada,<sup>xix</sup> ela não é suficientemente debatida, abrindo o caminho para uma compreensão de Portugal como um país de imigração recente, divorciada do seu passado colonial. Significativamente, tais relatos transformam a figura do ex-colonizado na figura do *imigrante*, e explicam o racismo como resultante da sua fraca integração no tecido social; a narrativa do “Portugal Intercultural” segue inabalada.

Em terceiro lugar, há que assinalar como foi dificultado o debate sobre o racismo enquanto legado colonial. Tal foi acentuado pelo facto de a preocupação política e académica com a diversidade em Portugal ter acontecido numa altura em que os imigrantes recém-chegados não eram mais equacionados com o sujeito colonizado, mas sim com os “europeus de Leste” – geralmente usados como “minorias modelo” (ver a epígrafe a este texto). Na verdade, segundo um relatório da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2002) sobre Portugal, decorria um processo de integração “a duas velocidades”: um relativo àqueles que haviam chegado mais recentemente da Europa de Leste, e que teriam sido melhor recebidos por terem qualificações académicas e profissionais mais elevadas – e, significativamente, no meu entender, porque são construídos como brancos; e o outro, relativo aos negros provenientes de países africanos, que o relatório caracterizava como enfrentando dificuldades duradouras de “integração” na sociedade portuguesa. Significativamente, é de notar como o papel do racismo tem sido minimizado sob o pretexto das qualificações. Isto é ilustrado pelo seguinte diálogo, incluído numa notícia da BBC sobre as políticas de integração de Portugal, no rescaldo do *Arrastão-que-nunca-aconteceu* em 2005<sup>xx</sup>:

Carlos Trindade [responsável pelas questões migratórias como membro executivo da CGTP], no entanto, atribui essa discriminação à questão das qualificações profissionais detidas pelos imigrantes. Disse que um recente afluxo de imigrantes ucranianos tinha sido uma história de sucesso porque geralmente possuem boas qualificações. Disse que os imigrantes negros geralmente vieram de países com uma infra-estrutura social mais pobre. Na rua, três homens cabo-verdianos discordaram. Joseph Armando, Pedro Gonçalves e Paolo Nazolini disseram que todos tinham formação qualificada, mas sentiram que a cor era um problema quando eles foram procurar emprego ou habitação. De dia, acampavam e cozinhavam numa praça da cidade, estacionando carros pelos trocos ocasionais. De noite, dormiam em abrigos ou albergues (Dunn-Chan, 2005, n.p.).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, os trabalhadores negros qualificados com empregos pouco qualificados não desfrutaram de tanta simpatia pública quanto os imigrantes brancos do Leste da Europa: assume-se que o negro teria sido *assimilado* – ou, em caso negativo, responsabilizado pela sua *falta de integração* –, enquanto a posição do “imigrante branco” é frequentemente

usada como modelo para soluções oficiais (por exemplo, a requalificação profissional); o mesmo parece suceder actualmente com a figura do “refugiado”.

Estas narrativas ajudam a naturalizar o racismo no âmbito da educação. Um exemplo evidente relaciona-se com a forma como as *capacidades linguísticas* são usadas como sendo indicadoras da capacidade cognitiva. Tal é particularmente evidente em relação aos estudantes imigrados recentemente de países africanos em que o português é a língua oficial, mas não a nacional. O não-reconhecimento (político) da diversidade da língua portuguesa resulta muitas vezes na rotulagem como “ignorância” das formas faladas do português em vários contextos africanos: a expressão “falar como um angolano”, nas palavras de um professor, e a expressão colonial mais antiga “falar *pretoquês*” são ilustrativas de como a língua é invocada para sustentar distinções raciais, ao mesmo tempo que se mascara o uso de critérios raciais para definir o sucesso académico. O mesmo não se aplica a crianças britânicas, alemãs ou francesas, cujos sotaques estrangeiros não são associados a défices cognitivos. Outras populações também enfrentam discriminação no contexto português: por exemplo, os chineses e os europeus de Leste são muitas vezes vistos como sendo *demasiado trabalhadores*. No entanto, em relação à escola, estes estereótipos parecem funcionar de forma positiva: uma visão comum entre os professores é que os estudantes destes contextos são crianças muito motivadas, disciplinadas e trabalhadoras, que aprendem rapidamente a língua e que os seus pais valorizam muito a educação. Isto ajuda a sua construção como “estudantes modelo”, uma posição diametralmente oposta à dos estudantes negros, construídos como preguiçosos, faladores ou indisciplinados, e como cultural e linguisticamente deficitários. Os seguintes exemplos são ilustrativos:

Agora, das outras, se se pode chamar, de outras nacionalidades, este ano estou a ter uma e gosto imenso dela e já vi que é dedicada, por exemplo, uma de origem chinesa. Tenho uma russa que vejo que, realmente, tem outra preparação [...] vejo que tem uma outra preparação e que em pouco, em poucos meses, ela já fala razoavelmente o português e estou convencido que vai ser uma boa aluna. (Prof. 1, Escola 2, 2004)

Há outros que são alunos que vieram de Angola, de Moçambique, de... da Guiné, e que tiveram uma preparação primária muito, muito limitada. Com muitas lacunas e às vezes nem sabem... Sabem escrever muito mal. Com muitas deficiências. Muitos erros. (Prof. 3, Escola 1, 2004)

O posicionamento dos estudantes da Europa de Leste e os asiáticos como “minorias modelo”<sup>xxi</sup> – com expectativas dos professores e interacções escolares geralmente mais positivas – ajuda a provar a eficácia das políticas oficiais. Significativamente, tais discursos excluem o racismo como factor

explicativo das desigualdades escolares e sociais, culpabilizando a cultura e as famílias daqueles que não são bem-sucedidos pelo subaproveitamento escolar.

### 3.3 A tese da transição migratória: recentrar Portugal, ampliar a diferença

Estreitamente relacionada com a visão da diversidade como um fenómeno recente, encontramos a narrativa que caracteriza Portugal tendo sido transformado de um país tradicional de emigração num país de imigração no início dos anos 1990 – a “tese da transição migratória” (Marques, 2008). Tal conduz a uma menorização do papel estrutural que a emigração continuou a desempenhar no país (Almeida, 2006). Em 2014, 110.000 portugueses emigraram anualmente (Pires *et al.*, 2015), sendo que a emigração relacionada com o trabalho temporário ou com destino a países da União Europeia (que não requer registo oficial) é estatisticamente invisível. Segundo dados recentes, “Portugal é o 12.º país do mundo com mais emigração”, com números equiparáveis à emigração das décadas de 1960 e 1970 apesar de um recente abrandamento (Campos, 2015, s.p.). Embora os factores estruturais – e não a mera dinâmica individual – continuem a desempenhar um papel fundamental na emigração portuguesa (Marques, 2008), foi apenas no contexto da chamada *crise económica* que se tornou publicamente aceitável pronunciar este facto e se veio a criar o Observatório da Emigração. Jorge Arroiteia, estudioso deste processo na sociedade portuguesa, afirmava numa entrevista a este respeito que:

Em Portugal, no contexto de uma integração na UE, não fazia sentido nós continuarmos a admitir a emigração porque esta esteve sempre associada, no nosso caso, à penúria dos meios de subsistência, aos aspectos económicos da Monarquia e do princípio da República, a uma situação económica grave do país que levava as pessoas a saírem naturalmente do país. E portanto a emigração era um epíteto que interessava associar ao Estado Novo, ao passado, e não ao Estado democrático. (Observatório da Emigração, 2011, n.p.)

A ampla circulação da tese da transição emigração-imigração resultou num aumento substancial do interesse político e académico pela diversidade *trazida com a imigração* para Portugal. Significativamente, a sobrevalorização da imigração nos anos 1990 desempenhou um papel ambíguo nas representações de Portugal: ainda que a imigração possa ser percebida politicamente como uma *ameaça*, estas narrativas ajudam a imaginar Portugal como um destino *desejado* pelos imigrantes, valorizando a identidade nacional e colocando-a ao lado de outros países europeus mais ricos e desenvolvidos.<sup>xxii</sup> Isto é, a sobre-ênfase da imigração tem ajudado a criar

um imaginário no qual Portugal se posiciona como “centro” (Almeida, 2006, 363–364). Tal é explícito na seguinte narrativa académica:

A existência de grupos étnicos em Portugal apresenta hoje uma dimensão numérica assinalável e uma acentuada diversidade sociocultural, conferindo ao país um perfil verdadeiramente multicultural, característica que partilha actualmente com muitos dos países europeus e do mundo. (Rocha-Trindade, 1995, 204)

Opera aqui um “imaginário imigrante”, uma ideia desenvolvida por S. Sayyid (2004; Hesse e Sayyid, 2006) para analisar os discursos contemporâneos sobre a imigração e as populações pós-coloniais na Grã-Bretanha. Segundo Sayyid, este imaginário consagra e amplifica uma distinção ontológica entre a *sociedade de acolhimento* e os *imigrantes*. Em termos globais, a ênfase da imigração ajuda a reforçar uma visão binária do desenvolvimento: o Sul global como pobre, destruído pela pobreza e a doença, que aspira a emigrar para o Norte rico, desenvolvido e moderno. Assim, o “imaginário imigrante” ajuda a naturalizar a ideia de distância entre a Europa e o continente africano (este visto como como pré-moderno e subdesenvolvido), ideias essas que circulam no discurso político, académico e mediático (ver Araújo e Maeso, 2016). Na educação, revelam-se nas generalizações feitas por muitos professores sobre os diversos contextos africanos de onde vêm estudantes que imigraram recentemente, assim como influencia as suas suposições sobre sistemas educacionais *inferiores* e *más* atitudes em relação ao trabalho escolar. O seguinte excerto é ilustrativo:

Não, eu não vejo que isso [a “diferença étnica”] seja problema. A única necessidade que surge é... em termos, em termos intelectuais, vá. Necessitam de facto, por exemplo, os nossos africanos... Necessitam de muito mais apoio a esse nível, não por uma diferença étnica, porque não tem nada a ver, mas por uma diferença grande nos hábitos de trabalho, e no conjunto de conteúdos que deveriam ter... assumido já e não têm. [...] estão aqui, fora da terra deles, e a assumir uma regra e a assumir uma forma de estar que não é a deles, mas com a qual têm de conviver, e com a qual, de alguma forma, se têm que habituar também para poder progredir, não é? (Prof. 4, Escola 1, 2004)

As fracas expectativas que os professores frequentemente têm destes estudantes são agravadas pelo pressuposto da assimilação na cultura e no sistema educativo portugueses como um caminho necessário para o sucesso académico – apesar de raça adiar indefinidamente a possibilidade de alguém se tornar *verdadeiramente* assimilado. A relação entre o racismo e o sucesso educativo é mascarada por argumentos pedagógicos. No caso concreto estudado, ainda que fosse conhecido que este grupo de estudantes africanos tinha origens socio-económicas privilegiadas em relação aos seus colegas de escola,

os professores presumiam experiências e qualificações académicas anteriores inferiores (ver Araújo, 2007).

### 3.4 Mudam-se as gentes, mudam-se as vontades: demografia e visibilidade política

Uma quarta narrativa comum sobre a diversidade que emerge da indústria da interculturalidade assenta no pressuposto de uma relação causal entre o aumento da diversidade demográfica, a sua visibilidade política e a produção de respostas institucionais. Baseando-me no trabalho de Andrea Brighenti (2007) sobre o conceito de *(in)visibilidade*, argumento que tal relação de causa e efeito precisa de ser problematizada.

Em primeiro lugar, a questão da invisibilidade da diversidade. Considerando que o "invisível é o *que está aqui sem ser um objecto*" (Idem, 328, ênfase no original), Brighenti convida-nos a explorar a construção da diversidade como uma não-questão – isto é, algo ao qual não se dá relevância social e política. No Portugal democrático, entre meados da década de 1970 e inícios da década de 1990, a diversidade não recebeu atenção política. Na religião, os debates foram polarizados entre católicos e secularistas, sem qualquer preocupação com o pluralismo religioso e o seu ensino. A *diferença* de cultura e língua não era vista como merecedora de atenção ou provisões especiais: era esperado que os ex-colonizados tivessem sido assimilados na língua e cultura portuguesas. Persistiu uma abordagem do tipo "aqui não há problemas" (Gaine, 1987), que não foi substancialmente desafiada nem académica, nem politicamente. Aliás, as questões da diversidade foram ignoradas na política até ao período em que as mudanças demográficas eram já evidentes. Foi apenas no início dos anos 1990, na sequência da integração portuguesa na União Europeia, que tais preocupações surgiram (Cardoso, 1998), embora de forma conservadora (não preocupadas com, ou exigindo, reformas estruturais). Contudo, fruto de abordagens *presentistas* que persistem em omitir a história da gestão (e policiamento) da diversidade pelo Estado, as narrativas oficiais e académicas evadem isto mesmo. Relatos cronológicos continuam a descrever a política como uma arena regida pela boa vontade, em vez de constituída por relações de poder – ou seja, como se Portugal se tivesse tornado um país de imigração e as instituições sociais e políticas tivessem respondido imediatamente a este novo cenário – em vez de questionar como o Estado continuou a administrar o privilégio racial (Goldberg, 2002). Tal confunde uma questão demográfica com uma questão política, em vez de levar a questionar em que contexto específico e de que forma o Estado mostrou publicamente a sua preocupação com a (não tão recente) diversidade.



Em segundo lugar, a invisibilização do papel de outros actores em lidar com aspectos relacionados com a diversidade e que ainda não haviam ganhado visibilidade pública no Portugal democrático. A noção de uma associação causal entre a mudança demográfica e uma resposta institucional e política tem invisibilizado iniciativas e lutas locais, lideradas por colectivos de base e fora da alçada do Estado. Na ausência de iniciativas e debates públicos, os problemas sociais enfrentados pelas populações racializadas, particularmente nos sectores da habitação e do emprego, e no acesso à lei, foram sendo confrontados por associações locais pelo menos desde a década de 1970 (Albuquerque, 2002). Embora entretanto a diversidade cultural tenha ganhado visibilidade, as mudanças a nível político reafirmaram a ideia de uma nação acolhedora e intercultural, tornando difícil colocar na agenda política a questão do racismo. Este desafio continua a ser enfrentado principalmente por activistas políticos, colectivos e movimentos de base, sendo uma tarefa particularmente difícil dado o contexto mais amplo da despolitização do debate nacional. Tal é agravado pelo facto de as iniciativas da União Europeia, que apoiam projectos locais de integração socioeconómica, também gerarem a neutralização das agendas políticas das associações de base e das ONG (*Idem*), sujeitando-as a um maior controle por virtude do financiamento que disponibilizam.

Finalmente, como sugerido por Brighenti, a visibilidade não é necessariamente emancipadora: o processo de tornar a diversidade mais visível pode simplesmente funcionar como “um recurso estratégico para a regulação” (2007, 339). Tal levanta questões fundamentais sobre que questões foram incorporadas na agenda política da diversidade como “preocupações legítimas” e o que foi excluído. Por exemplo, o Secretariado de Coordenação dos Programas de Educação Multicultural foi a primeira instituição em Portugal a abordar a diversidade cultural. Foi criado em 1991 para “coordenar, incentivar e promover, no âmbito do sistema educativo, os programas e as acções que visem a educação para os valores da convivência, da tolerância, do diálogo e da solidariedade entre diferentes povos, etnias e culturas” (Regulamento Normativo 63/91, 13 de Março). O surgimento do Secretariado esteve relacionado com a intensificação do racismo de políticos populistas e grupos extremistas na Europa durante esse período. Sendo reconhecido apenas nas suas formas mais violentas, o racismo continuou a ser percebido como marginal na sociedade portuguesa com pouca relevância para a escola. Os discursos e práticas oficiais continuaram a ancorar-se numa concepção de racismo como preconceito (Henriques, 1998 [1984]), e não como um processo histórico e político, estruturalmente embutido nas sociedades modernas (Goldberg, 2002). Nesse sentido, tem sido proposto que o racismo seja *tratado* através da ênfase no valor das diferentes culturas e do desenvolvendo de competências em comunicação intercultural.<sup>xxiii</sup> Tal agenda tem contribuído sobretudo para tornar visível a *diferença*, em vez de desafiar as desigualdades no acesso ao poder e a recursos, materiais e simbólicos (ver Essed, 1991).

Tal é particularmente evidente no sistema educativo português. As principais estruturas e programas do estado português mantiveram-se praticamente inalterados, com as iniciativas políticas do Ministério da Educação a continuar a operar no pressuposto da homogeneidade da população escolar. De acordo com os relatórios europeus anuais publicados durante a última década pelo Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia (EUMC), e a sua sucessora Agência dos Direitos Fundamentais (FRA), a situação geral da política e práticas educativas em prol da diversidade em Portugal é sombria: as iniciativas tendem a centrar-se em Lisboa, não existe provisão adequada para o português como língua adicional (não necessariamente segunda língua), excepto uma experiência piloto no Vale da Amoreira – o projecto *Entrelínguas* (ver Cardoso, 2005) –, não há em Portugal educação bilingue apoiada pelo estado, existem poucas oportunidades de formação para os professores neste âmbito, um desempenho escolar abaixo da média em alguns grupos minoritários<sup>xxiv</sup> e persiste a segregação escolar (Araújo, 2016; Roldão, 2016). Isto é agravado pela ineficácia e falta de independência do organismo de igualdade que foi criado para monitorizar o racismo em Portugal (EUMC, 2004; FRA, 2007; 2009) e da falta de vontade (política) do Estado português em melhorar os procedimentos para o seu combate (ECRI, 2013). Estas críticas levantam questões sérias sobre o auto-proclamado “sucesso” das chamadas políticas de integração em Portugal.

Além disso, a despolitização do debate leva a que a diversidade seja vista pelas lentes de uma abordagem exotizadora, tipificada pelo festival multicultural. Por exemplo, quando questionado sobre as actividades desenvolvidas na sua escola, um professor respondeu:

lembro, por exemplo, assim nas nossas festas quando... por exemplo, os nossos africanos... quando colocamos alguma coisa que tem a ver com a música, ou tem a ver com a dança... É de facto uma maravilha vê-los dançar! E ver, por exemplo, pôr... pôr os africanos a dançar, ou pôr os europeus a dançar... São coisas perfeitamente diferentes! E a nós, causa-nos assim uma alegria muito grande, (...) lembro-me por exemplo das danças, lembro as músicas em que... em que eles fazem instrumentos com uma lata se for preciso (...) momentos de teatro em que... em que eles se inserem... mmm... a forma de falar deles, a língua ou o dialecto... Pronto, são momentos assim de enriquecimento grande e de intercâmbio cultural muito grande e que a todos aproveita. E depois ao contrário, naturalmente, eles recebem muito mais porque... porque estão connosco, não é? (Prof. 4, Escola 1, 2004)

Na educação, a diversidade cultural continua a ser vista como tendo lugar *fora* da sala de aula; na sala, o eurocentrismo nos currículos e nos manuais raramente é questionado (Araújo e Maeso, 2012; 2016) e prevalece a percepção dos estudantes racializados como portadores de défices culturais e linguísticos (Araújo, 2007).<sup>xxv</sup> Isto é revelador do “imaginário imigrante” de

que nos fala S. Sayyid, no qual as experiências imigrantes são lidas a partir de um registo exotizado ou banalizado – celebrando e exagerando a diferença, ou sobrevalorizando a semelhança e negando o racismo. Em suma, ao tornar a *diferença* visível as abordagens actuais não vão além de um multiculturalismo “benevolente” (Troyna, 1993) ou “comemorativo” (Santos e Nunes, 2004), mesmo que se invoque a retórica do diálogo intercultural.

#### 4. Conclusões

Nas últimas décadas, construiu-se no contexto português uma verdadeira indústria da interculturalidade, e Portugal orgulha-se hoje de se colocar entre os países ocidentais que incluem preocupações com a diversidade cultural e a imigração nas suas agendas políticas e de investigação. Não obstante, o Estado continua a não reconhecer o racismo a nível institucional (Araújo, 2007; 2016; Maeso e Araújo, 2013), o que tem sido naturalizado pela hegemonia de alguns pressupostos políticos, académicos e pedagógicos analisados neste artigo. Em primeiro lugar, é significativo que, nestas narrativas políticas – endossadas por sectores relevantes da academia –, há uma tendência para mobilizar uma *certa* história (a da *nação tolerante*) para atestar uma vocação nacional para a interculturalidade. Tal vai sendo cada vez mais evidente à medida que cresce a contestação pública de tais narrativas, por activistas e colectivos sociais, por algumas vozes dissonantes nos media<sup>xxvi</sup> e alguns sectores da academia. E embora as perspectivas historicamente informadas sejam fundamentais para entender como o racismo foi sendo configurada ao longo do tempo, é crucial notar o surgimento de uma narrativa que historiza a diversidade precisamente para *impedir* uma discussão sobre o racismo. Simultaneamente, temos assistido também à crescente circulação de relatos *presentistas* pelos especialistas da imigração em Portugal, que evadem a história na sua longa duração e contribuem para ocultar a continuidade de dinâmicas (pós-)coloniais, através de uma lógica de mercado e de *factores de atracção e repulsão*. Em ambos os casos, o racismo é tido como irrelevante ou marginal no contexto português.

Segundo, característica fundamental da indústria da interculturalidade, os discursos políticos e a investigação académica têm sobre-enfatizado as *especificidades nacionais*, sobre-estimando os contornos nacionais específicos em detrimento dos padrões comuns dos legados coloniais em termos de raça. Ao contrário do tratamento do caso português como excepcional ou peculiar, defendo a necessidade de se desenvolverem abordagens teóricas que abram a possibilidade de comparações internacionais. Essa abordagem contextualizada e comparativa deve também ajudar a superar a linearidade temporal evidente na construção reducionista de certos contextos como *ainda não despertados* para o multiculturalismo normativo – um discurso implícito

em muitos relatos sobre as sociedades do Sul da Europa, revelador do positivismo epistemológico que entende as formulações e interpretações políticas como sendo inevitavelmente cada vez mais progressistas – porque apoiadas na *ciência* (evoluindo da *assimilação* para a *integração*, e daí para o *multiculturalismo* e a *interculturalidade*, implicando diferenças fundamentais entre estes modelos de acomodação da diferença).

Em terceiro lugar, proponho que se questione o entendimento da conquista da visibilidade como algo necessariamente positivo e se interrogue criticamente o efeito cumulativo de sucessivas invisibilizações, as quais tornaram difícil imaginar alternativas à actual despolitização do debate. Há uma grande quantidade de experiências de lutas contra o colonialismo, a escravatura e o racismo que não foram apenas minorizados ou marginalizados, mas tornadas invisíveis.<sup>xxvii</sup> Da mesma forma, as lutas de intelectuais radicais, activistas políticos e movimentos sociais por uma educação anti-racista têm uma longa história, e questionam os cânones eurocêntricos do conhecimento e as iniquidades (re)produzidas pelas estruturas, arranjos e práticas escolares (por exemplo, Woodson, 1933). Assim, uma linha de pesquisa mais produtiva poderia ser alcançada através do engajamento com essas críticas e alternativas às persistentes limitações das abordagens hegemónicas.

Finalmente, a investigação precisa de superar ideias consensualizadas sobre a relação entre a formulação de políticas e o conhecimento, e particularmente a noção de que as políticas oficiais continuam a não conseguir combater o racismo de forma significativa devido ao conhecimento insuficiente sobre melhores soluções ou modelos. Como argumentou Julian Henriques (1998 [1984]) e, na sua senda, Nancy Lesko e Leslie R. Bloom, "a 'ignorância' é um *efeito* de um conhecimento particular, não uma ausência de conhecimento" (1998, 380). No contexto português, embora seja comumente sugerido que houve uma lenta apropriação dos debates sobre diversidade e imigração desde o início dos anos 1990, os organismos públicos e a academia têm tacitamente ignorado o racismo institucional e as lutas anti-racistas, a favor de uma abordagem (inter)culturalista da *diferença* que tende a evadir raça enquanto relação de poder. Esta é uma escolha política, não um lapso ou esquecimento.

## Referências

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) (2007).

*BI: Boletim Informativo* 52, (Set).

\_\_\_\_ (2011). *BI: Boletim Informativo* 92 (Out.–Dez.), 8–9.

Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas (ACIME) (2005).

*Imigração: Os mitos e os factos* Lisboa: ACIME.

- Albuquerque, Rosana (2002). "Dinâmicas Associativas e Comunidades Imigrantes," in *A Imigração em Portugal: Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, 366–381.
- Almeida, Miguel V. (2000). *Um Mar da Cor da Terra: 'Raça', Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.
- \_\_\_\_ (2006). "Comentário," in Sanches, Manuela R. (Org.) *Portugal não é um País Pequeno": Contar o 'Império' na Pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 361–397.
- Araújo, Marta (2007). "O silêncio do racismo em Portugal: O caso do abuso verbal racista na escola," in Gomes, Nilma L. (Org.) *Um olhar além das fronteiras—educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 77–94.
- \_\_\_\_ (2016). "A very 'prudent integration': white flight, school segregation and the depoliticization of (anti-)racism", *Race Ethnicity and Education*, 19, 2, 300-323.
- \_\_\_\_ (2017). "Adicionar sem agitar: narrativas sobre as lutas de libertação nacional africanas em Portugal nos 40 anos das independências", *Revista Desafios - número temático 'O lugar da memória e a reinvenção das origens'*, 3, 33-56.
- Araújo, Marta; Maeso, Silvia R. (2012) "History Textbooks, Racism and the Critique of Eurocentrism: Beyond Rectification or Compensation," *Ethnic and Racial Studies* 35, no. 7 (2012): 1266–1285.
- \_\_\_\_ (2016). *Os Contornos do Eurocentrismo - Raça, história e textos políticos*. Coimbra: Almedina.
- Baganha, Maria Ioannis; Marques, José C. (2001). *Imigração e Política: o caso português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Borges, Sónia V. (2016) *Militant Education. Liberation Struggle, conscientization, and the inderground educational structures in Guinea-Bissau, 1963-1978*. Berlin: Humboldt Universität zu Berlin, Tese de Doutorado.
- Boxer, Charles (1963) *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415–1825*. Oxford: Clarendon.
- Brighenti, Andrea (2007) "Visibility: A Category for the Social Sciences," *Current Sociology* 55, no. 3, 323-342.

- Brown, Wendy (2006) *Regulating Aversion: Tolerance in the Age of Identity and Empire*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Cabral, Amílcar (1974). *Textos Políticos*. Porto: Gráfica Firmeza.
- Campos, Alexandra (2015). “Portugal é o 12.º país do mundo com mais emigração”, *Público*, 28 de Outubro, acedido em 4 de Junho 2017, <https://www.publico.pt/2015/10/28/sociedade/noticia/portugal-e-o-12-pais-do-mundo-com-mais-emigracao-1712667>.
- Cardoso, Ana Josefa G. (2005). *As Interferências Linguísticas do Caboverdiano no Processo de Aprendizagem do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, Dissertação de Mestrado.
- Castelo, Cláudia (1998). *O modo português de estar no mundo’: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, João Paulo Oliveira; Lacerda, Teresa (2007). *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV–XVIII)* Lisboa: ACIME.
- Duffy, James (1962). *Portugal in Africa*. London: Penguin African Library.
- Dunn-Chan, Charies (2005). “Portugal Sees Integration Progress,” *BBC News*, 14. Nov., acedido em 21 Mar., 2009, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4436276.stm>.
- European Commission Against Racism and Intolerance (ECRI) (2002). *Second Report on Portugal*. Strasbourg: Council of Europe.
- \_\_\_\_ (2013). *Fourth report on Portugal*. Strasbourg: Council of Europe.
- Essed, Philomena (1991). *Understanding Everyday Racism: An Interdisciplinary Theory*. Newbury Park: Sage.
- \_\_\_\_ (1999). “Ethnicity and Diversity in the Dutch Academia,” *Social Identities* 5, 2, 211–225.
- Essed, Philomena; Nimako, Kwame (2006). “Designs and (Co)Incidents: Cultures of Scholarship and Public Policy on Immigrants/Minorities in the Netherlands”, *International Journal of Comparative Sociology*, 47(3–4): 281–312.
- European Monitoring EUMC (2004). *Migrants, Minorities and Education* (Vienna: EUMC).
- Faria, Natália (2009). “Regresso de imigrantes está a deixar o país mais pobre e envelhecido,” *Público*, acedido em 25 Maio, 2009, <http://ultima-hora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1382690&idCanal=62>.

- Fonseca, Lucinda; Malheiros, Jorge M.; Silva, Sandra (2005). "Portugal," in Niessen, Jan; Schibel, Yongmi and Thompson, Cressida (Org.) *Current Immigration Debates in Europe: A Publication of the European Migration Dialogue*. Brussels: MPG.
- Fortier, Anne-Marie (2008). *Multicultural Horizons: Diversity and the Limits of the Civil Nation* London: Routledge.
- Foucault, Michel (1977[1968]). *The Archaeology of Knowledge*. London: Tavistock.
- Freyre, Gilberto (2003 [1933]). *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- \_\_\_\_ (1952). *Em torno de um novo conceito de tropicalismo*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Fundamental Rights Agency (FRA) (2007). *Annual Report 2007*. Viena: FRA.
- \_\_\_\_ (2008). *Annual Report 2008*. Viena: FRA.
- Gaine, Chris (1987). *No Problem Here: A Practical Approach to Education and 'Race' in White Schools* London: Hutchinson.
- Gillborn, David; Gipps, Caroline (1996). *Recent Research on the Achievements of Ethnic Minority Pupils*. London: HMSO (OfSTED).
- Goldberg, David Theo (2002). *The Racial State*. Oxford: Blackwell.
- Henriques, Julian (1998 [1984]). "Social Psychology and the Politics of Racism," in Henriques, Julian; Hollway, Wendy Urwin, Cathy; Venn, Couze and Walkerdine, Valerie (Org.). *Changing the Subject, Psychology, Social Regulation and Subjectivity*. London: Routledge, 60–90.
- Hesse, Barnor; Sayyid, S. (2006). "Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary," in Ali, Nasreen, Karla, Virinder S and Sayyid, S. (Org.) *A Postcolonial People: South Asians in Britain*. London: Hurst, 13-31.
- Leal, João (2000). *Etnografias Portuguesas (1870–1970): Cultura Popular e Identidade Nacional* Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lesko, Nancy; Bloom, Leslie (1998). "Close encounters: truth, experience and interpretation in multicultural teacher education", *Journal of Curriculum Studies*, 30, 4, 375-395.
- Macagno, Lorenzo (1999). "Um antropólogo norte-americano no «mundo que o português criou»: Relações raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris", *Lusotopie*, 143–161.

- Maeso, Silvia R.; Araújo, Marta (2013). "A quadratura do círculo: (anti)racismo, imigração e a(s) política(s) da integração em Portugal nos anos 2000", *Oficina do CES*, 407.
- Marques, José Carlos (2008). *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa: ICS.
- McCarthy, Cameron (1993). "After the Canon Knowledge and Ideological Representation in the Multicultural Discourse on Curriculum Reform," in McCarthy, Cameron and Crichlow, Warren (Org.) *Race, Identity, and Representation in Education*. New York: Routledge, 289–305.
- Meneses, Maria Paula (2007). "Os espaços criados pelas palavras: Racismos, etnicidades e o encontro colonial" in Nilma L. Gomes (Org.) *Um olhar além das fronteiras—educação e relações raciais* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 55–76.
- Ministério da Educação (ME) (1991). Despacho Normativo 63/91, *Dário da República*, Nº 60 – Série I-B, Mar. 13.
- Observatório da Emigração (2011). "A emigração evoluiu em modalidades distintas, mas no decurso da nossa história fomos tendo sempre saídas", acessado em 11 Out., acessado em 4 Jun. 2017, <http://observatorioemigracao.pt/np4/4691.html>.
- Pires, Rui Pena et al (2015). *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2015*. Lisboa: Observatória da Emigração, acessado a 3 de Junho 2017, [http://observatorioemigracao.pt/np4/file/4447/OEm\\_EmigracaoPortuguesa\\_RelatorioEstatistic.pdf](http://observatorioemigracao.pt/np4/file/4447/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatistic.pdf)
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995). *Sociologia das Migrações* (Lisboa: Universidade Aberta).
- Roldão, Cristina (2016). *Os afrodescendentes no sistema educativo, comunicação apresentada nos Encontros Mensais sobre Experiências Migratórias*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 27 de Abril.
- Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado (2004). "Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade" in Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições Afrontamento, 20–51.
- Santos, Vanda (2004). *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: OI/ACIME, 107.



- Sayyid, Salman (2004). "Slippery People: The Immigrant Imaginary and the Grammar of Colours," in Law, Ian; Philips, Deborah and Tuney, Laura (Org.) *Institutional Racism in Higher Education*. Stoke-on-Trent: Trentham Books, 149–159.
- \_\_\_\_ (2015). 'Towards a critique of Eurocentrism: remarks on Wittgenstein, Philosophy, and Racism', in Araújo, Marta; Maeso, Silvia R. (Orgs.) (2015). *Eurocentrism, Racism and Knowledge: Debates on History and Power in Europe and the Americas*. Basingstoke & New York: Palgrave Macmillan, 80-92.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) (2007). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Lisboa: SEF.
- \_\_\_\_ (2015). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Lisboa: SEF.
- Trouillot, Michel-Rolph (1995). *Silencing the Past: Power and the production of history*. Boston: Beacon Press.
- Troyna, Barry (1993). *Racism and Education*. Buckingham: Open University Press.
- Vakil, AbdoolKarim (2006). "Heróis do Lar, Nação Ambi-Valente: Portugali-dade e Identidade Nacional nos tempos dos pós," in Loff, Manuel (Org.) *30 Anos de Democracia em Portugal*. Porto: FLUP, 73–101.
- Valentim, Joaquim Pires (2005). "Luso-tropicalismo e Lusofonia: Uma perspectiva psicossocial," *Via Latina* 6, 2, 68.
- van Dijk, Teun (1993). *Elite Discourse and Racism*. Newbury Park: Sage.
- Viana, Clara (2009). "Imigração: Portugal é o mais 'generoso' em políticas de integração," *Público*, Oct. 5, acessado em 5 Out., 2009, <http://ultima-hora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1403698>
- Visvanathan, Shiv (2006). "Nation," *Theory, Culture & Society* 23, no. 2–3, 533–538.
- Woodson, Carter G. (1933). *The Mis-Education of the Negro*. Washington: The Associated Publishers.
- Wynter, Sylvia (1992). *Do not Call us Negros: How 'Multicultural' Textbooks Perpetuate Racism*. San Francisco, CA: Aspire.

## Notas

- 
- <sup>i</sup> Esta é uma versão revista e atualizada do texto publicado originalmente em inglês, com o título: 'Challenging Mainstream Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: the (de)politicization of colonialism and racism', em Jorge A. Capetillo, Glenn Jacobs & Philip A. Kretsedemas (Orgs.). *Migrant Marginality: A Transnational Perspective*. New York: Routledge, 27-46.
- <sup>ii</sup> Em *Arqueologia do Conhecimento*, Michel Foucault (1977[1968]) define o discurso como: "práticas que formam sistematicamente os objectos de que falamos (...) Os discursos não são assim objectos; não identificam objectos, mas constituem-nos, e na prática de o fazer escondem a sua própria criação" (p. 49, tradução minha). Ver também a discussão de S. Sayyid do trabalho de Ludwig Wittgenstein, propondo que o poder da linguagem reside não só em representar o mundo, mas em produzir identidades e hierarquias (Sayyid, 2015).
- <sup>iii</sup> Este foi um estudo qualitativo sobre experiências da educação obrigatória num escola pública e noutra privada em áreas percebidas como "zonas brancas" (por receberem tradicionalmente uma baixa taxa de imigração), usando como métodos de recolha de dados entrevistas semi-estruturadas, observação de aulas de História e de Português e recolha de documentos oficiais (projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ref. FCOMP-01-0124-FEDER-007554). (ver, por exemplo, Araújo, 2007).
- <sup>iv</sup> O projecto 'Raça' e África em Portugal: um estudo sobre manuais escolares de história. ([www.ces.uc.pt/projectos/rap](http://www.ces.uc.pt/projectos/rap)) centrou-se em três momentos: a análise de manuais de História do 3º Ciclo e de directivas políticas, entrevistas e workshops participativos com uma variedade de actores sociais e institucionais, professores e estudantes (financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ref. FCOMP-01-0124-FEDER-007554) (ver, por exemplo, Araújo e Maeso, 2016).
- <sup>v</sup> Baseio-me sobretudo na análise de relatórios europeus sobre racismo, particularmente na educação, realizada no âmbito do projecto TOLERACE – "The Semantics of Tolerance and (Anti-)Racism in Europe: Public Bodies and Civil Society in Comparative Perspective" ([www.ces.uc.pt/projectos/tolerance](http://www.ces.uc.pt/projectos/tolerance)), financiado pelo 7º Programa Quadro da Comissão Europeia (ver, por exemplo, Maeso e Araújo, 2013; Araújo, 2016).
- <sup>vi</sup> O MIPEX é uma ferramenta de monitorização para medir "a integração dos migrantes na sociedade", resultante da colaboração do British Council e do Migration Policy Group, e recebe financiamento da União Europeia. Aceso em 13 Nov., 2012, <http://www.mipex.eu/>.
- <sup>vii</sup> Ver Essed e Nimako (2006) sobre a constituição da indústria das minorias no contexto holandês.
- <sup>viii</sup> Ver Trouillot (1995) sobre as fórmulas narrativas de apagamento e trivialização da história.
- <sup>ix</sup> Significativamente, é invocado precisamente o colonialismo, um processo-chave para a construção e proliferação de ideologias raciais, para atestar o carácter tolerante da nação portuguesa (Almeida, 2000). Deve-se notar que outras sociedades têm os seus próprios mitos de tolerância em relação ao colonialismo (por exemplo, a "cegueira à cor" [colorblindness] nos Estados Unidos, a "equidade" [fairness] britânica, a "democracia racial" brasileira).
- <sup>x</sup> O que poderia verificar-se, segundo o autor, na existência de contactos sociais amigáveis ou na possibilidade de relações sexuais com as mulheres nativas (ver Castelo, 1998).
- <sup>xi</sup> Além do mais, a contestação a estes discursos políticos não deveria ser ignorada (ver, por exemplo, Duffy, 1962; Boxer, 1963; Davidson, 1966).
- <sup>xii</sup> Ver Sayyid, 2004, 149-159.
- <sup>xiii</sup> Adriano Moreira foi Ministro do Ultramar (1961–1963) no regime de Salazar. Em alguns círculos da sociedade portuguesa a sua responsabilidade política foi higienizada, e é frequentemente convidado a participar em debates académicos sobre história, relações internacionais e interculturalidade.
- <sup>xiv</sup> ACIDI, Apresentação de Estudo OI: A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (2007), acessado em 9 Maio 2007, em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modulos.php?name=News&file=article&sid=1377>.

- 
- <sup>xv</sup> A despolitização do colonialismo e da escravatura foi também particularmente visível no concurso 7 Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo, emitido pela RTP1 (10 de Junho, 2009, quando se comemorava o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – o Dia da Raça, durante o Estado Novo. Estavam a concurso 27 edifícios (22 dos quais classificados como Património Mundial pela UNESCO) relacionados com a história da “Expansão portuguesa”. O concurso recebeu o apoio do Instituto Português para o Património Arquitectónico (IPPAR), do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura. Uma petição pública internacional foi lançada por académicos que denunciavam o reescrever do passado colonial português (<http://www.petitiononline.com/port2009/petition.html>, acessado a 13 Nov. 2012).
- <sup>xvi</sup> Descritos na literatura sobre imigração em inglês como push and pull factors.
- <sup>xvii</sup> O direito da nacionalidade tornou-se significativamente mais restritivo desde 1981, passando-se de uma concepção *jus solis* (baseada no direito à nacionalidade por nascimento em solo português) à *jus sanguinis* (baseada no direito à nacionalidade através do sangue, isto é, por ter um pai ou uma mãe que são cidadãos do território nacional). Desde os anos 2000 foram introduzidas algumas alterações legislativas no sentido de combinar os dois princípios, mas não revertendo o espírito da lei de 1981.
- <sup>xviii</sup> Dos 10 países com maior representatividade entre a população estrangeira em Portugal, cinco são antigas colónias (por ordem, Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe). Os outros cinco países mais representados pelos estrangeiros são: Ucrânia, Roménia, China, Reino Unido e Espanha (SEF, 2015, 12).
- <sup>xix</sup> Por exemplo, ACIDI, Enquadramento da Imigração em Portugal (2007), acessado 13 Mar. 2009, <http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=916>.
- <sup>xx</sup> Ver o documentário de Diana Andringa com o título *Era uma vez um arrastão*, disponível no YouTube.
- <sup>xxi</sup> O discurso sobre “imigrantes modelo” podem encontrar-se de forma mais ampla. Os europeus de Leste são frequentemente construídos como “bons imigrantes”, integrando-se facilmente em todo o país; pelo contrário, os negros africanos são muitas vezes vistos como se auto-excluindo, criando guetos em áreas metropolitanas com altas taxas de desemprego e causando “desconforto” (por exemplo, a intervenção de António Vitorino no programa televisivo da RTP1 *Prós e Contras*, episódio 17: “A Imigração: Os novos colonizadores,” 8 Maio, 2006).
- <sup>xxii</sup> Esta tendência começou a verificar-se pouco após o fim do Período Revolucionário Em Curso (PREC, 1974-1975). Com o fim formal do império, Portugal fez uma viragem para a Europa que veio transformar várias esferas, incluindo o ensino. Neste caso, a europeização dos currículos (e manuais escolares) visou reforçar a adesão ao projecto europeu – naquele tempo, a Comunidade Económica Europeia –, aceite em 1977 (ver Araújo, 2017).
- <sup>xxiii</sup> Ver, por exemplo, o documento produzido pelo Entreculturas, *O que quero dizer quando penso em Educação Intercultural?*, 2009, acessado a 12 de Março de 2009, <http://www.entreculturas.pt/DiariodeBordo.aspx?to=214>.
- <sup>xxiv</sup> A noção de *underachievement* tem sido usada no contexto britânico para denotar como se produz o fracasso escolar com base em raça, classe e género (ver, por exemplo, Gillborn e Gipps, 1996).
- <sup>xxv</sup> Para uma discussão da construção das populações marcadas etnicamente como défices linguísticos e culturais na academia, ver Essed (1999).
- <sup>xxvi</sup> Veja-se, por exemplo, os trabalhos de Joana Gorjão Henriques sobre racismo no jornal Público.
- <sup>xxvii</sup> Por exemplo, no âmbito da educação, veja-se o trabalho de Sónia V. Borges (2016) e a sua análise das propostas educativas do PAIGC no contexto das lutas africanas pela independência na Guiné-Bissau. Tal coloca em causa a tese dominante do retrocesso político na educação durante o Estado Novo, ao mostrar como em territórios construídos como pertença do Portugal colonial se ensaiavam mudanças fundamentais no ensino – contra o Estado colonial.